

ICMBio

Edição 609 – Ano 14 – 5 de novembro de 2021

em foco

Pantanal recebe primeiro Hospital de Campanha do Resgate +

**Dois anos depois, vestígios de óleo ainda
são encontrados na Rebio Santa Isabel**

Veteranos do Fogo



Quarenta anos de fogo

O ICMBio tem 14 anos de história. Apesar de ser uma instituição jovem, o ICMBio trouxe consigo a experiência de servidores que dedicaram quase toda a sua vida para a conservação do meio ambiente e o bem-estar da sociedade. Percorreram uma longa estrada para chegar até aqui e suas histórias se confundem com as décadas de esforço do Brasil para proteger a maior biodiversidade do mundo.

Nos últimos vinte anos, quem vê alguma coluna de fumaça no Parque Nacional de Brasília sabe que lá está Manoel Eurípedes da Silva. Ele atua na agenda do fogo há duas décadas, e, desde 2013 se tornou o Gerente de Fogo da UC, ou seja, Manoel é o principal responsável pelo manejo integrado do fogo, a estratégia adotada pelo ICMBio para diminuir incêndios sobre a vegetação de grande intensidade.

Outro veterano, Paulo Sérgio Campos Avelar, hoje está lotado no Núcleo de Gestão Integrada Aparados da Serra, responsável pelos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, ambos na fronteira entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Paulo também é gerente de fogo da NGL, atuando também como instrutor de brigada, perito de incêndios florestais e apoio na elaboração de Planos de Manejo do Fogo em UCs.

Como vários outros veteranos, as histórias de Manoel e Paulo precedem a criação do ICMBio, em 2007, e até mesmo do Ibama, em 1989. Manoel ingressou no serviço público ainda no começo da década de 80, no Ministério da Agricultura, prestando serviço ao antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF. Já Paulo começou sua trajetória na Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) em 1985, depois pelo IBDF e Ibama; chegando finalmente ao ICMBio, em 2018.

Até a criação do ICMBio, o Ibama era a principal autarquia federal responsável pelo meio ambiente no Brasil. O Ibama foi formado pela fusão de quatro entidades que atuavam na área ambiental: a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), a Superintendência da Pesca (Sudepe), a SUDHEVEA e o IBDF; e assim, o patrimônio, o pessoal, recursos orçamentários, atribuições e competências foram distribuídos à nova autarquia.

Foi o que aconteceu com Manoel, Paulo e outros servidores destas entidades. No caso de Manoel, seu novo local de trabalho era regional da autarquia em Alvorada do Norte, onde atuou como agente de fiscalização. “Na época muitos fazendeiros da região tinham o

costume de colocarem fogo nos pastos e campos para renovação das pastagens, e o entendimento era de autuação por provocar incêndios”, lembra.

Estas autuações geraram um conflito entre o órgão gestor, no caso do Ibama, e a comunidade local, que alegava fazer uso do fogo historicamente. Apesar de ainda continuar com as autuações, conforme era determinado pelo Ibama, Manoel começou a se interessar pelo tema. “Até então não havia praticamente nada escrito sobre fogo, quando encontrávamos alguma coisa era sobre proibição”.

Conforme conta Paulo, o chamado “fogo zero” era o entendimento majoritário nos órgãos ambientais até meados dos anos 2010. “Todo fogo tinha que ser combatido para proteger a biodiversidade em UCs, independente da magnitude, bioma ou fatores e condições que afetaram o seu comportamento”, conta.

Com o advento de novas pesquisas, os servidores notaram que estavam “enxugando gelo”: os combates eram quase sempre muito pesados e desgastantes, tanto para os brigadistas e os servidores em campo, quanto para os órgãos ambientais gestores, sem esquecer da biodiversidade, que tinha sua resiliência testada ano após ano. “Percebemos o grande acúmulo de material inflamável, gerando grandes incêndios florestais com alto custo financeiro e social”, recorda Paulo.

Por isso, buscaram implementar novas perspectivas da gestão do fogo e acharam no Manejo Integrado do Fogo uma alternativa viável e que apresentava resultados interessantes, tanto do ponto de vista ecológico, do ponto de vista financeiro e da melhoria de relacionamento com a comunidade. “As paisagens e o estado de conservação das unidades de conservação guardam uma estreita relação com o seu histórico de uso, com as tradições, com a cultura e, de forma geral, com o modo de vida das populações locais”, explica Paulo.

O servidor Manoel Eurípedes numa das ações de prevenção a incêndios

É claro que a alteração de paradigma enfrentou desconfianças até mesmo entre colegas. “Fui o primeiro a fazer queima prescrita no Distrito Federal. Foi uma mudança difícil de gerir, mas está dando certo. Hoje, outras UCs que são geridas pelo Governo do Distrito Federal já estão aderindo ao Manejo Integrado do Fogo”, conta Manoel. Até mesmo no ICMBio, unidades que nunca haviam experimentado gerir o fogo com as técnicas do MIF já estão aderindo, aproveitando a expertise de servidores de outras áreas.

Com tantos anos de estrada, sobram histórias de valor, respeito, capacidade e resiliência do serviço público. Uma delas, contada por Paulo foi quando ministrava um curso de brigada e foi agradecido pessoalmente pela mãe de um brigadista. Ela contava que antes do curso, o filho não era muito disciplinado, e julgado relaxado e pouco participativo, o que mudou após a formação de brigadista.

“Na abertura dos cursos que ocorrem sempre na segunda-feira de manhã, deixávamos bem claro sobre os critérios de seleção e, principalmente, sobre o comportamento dos candidatos, orientando-os sobre frequência, necessidade da segurança, capacidade de união do grupo, solidariedade, riscos, respeito às diferenças, normas da UC, perfil e eleição direta democrática dos Chefes de Esquadrão dos Brigadistas”, explica. O sistema de comando das brigadas é para-militarista, primando por hierarquia, organização e disciplina, fatores que são muito importantes na hora do combate e que podem valer até a vida do companheiro. Este brigadista foi eleito pelos seus pares como um chefe de esquadrão e teve seu desempenho e dedicação reconhecidos, posteriormente, pelo chefe da UC.

“Histórias como essas nos dão enorme orgulho e prazer de ser servidor público e poder servir às comunidades tradicionais que residem no interior e no entorno das UCs”, diz Paulo.

Os exemplos de Manoel e Paulo são dois, dentre muitos, do esforço, da capacidade e do



Acervo Pessoal

potencial transformador que os servidores têm em mudar paradigmas e continuar sempre avançando quando falamos de gestão de unidades de conservação.

“Sou muito grato por ser servidor público, e horado por ser ICMBio. A história que mais me marcou durante os meus 40 anos de serviço público está acontecendo exatamente agora”, diz

Manoel. “Estou muito feliz por fazer parte deste seletor grupo que trabalha com a gestão do fogo atualmente no ICMBio, porque além de trabalharmos, nos divertimos, trocamos informações etc”, diz, se referindo ao grupo de servidores que atualmente são responsáveis pela agenda do fogo dentro do Instituto. Ao longo dos anos, este grupo só tem crescido, agregando novas

vivências e avançando em aprendizados de forma contínua.

Com tantos anos de serviço público, Manoel já poderia estar aposentado. Mas ele garante que ainda tem muita lenha para queimar. “Eu costumo falar que não me trabalho, me divirto. Como eu ainda não tenho nada para fazer lá fora, vou ficando por aqui.”

ACADEBio passa a operar sob novo modelo de gestão

A partir do segundo semestre de 2022, a ACADEBio vai operar sob outro modelo de gestão. O projeto (Re)nova ACADEBio vai trazer uma organização social (OS) para gestão das atividades e serviços conduzidos pela ACADEBio, por meio da celebração de um contrato de gestão.

O projeto Re(nova) ACADEBio quer garantir a continuidade, aperfeiçoamento, ampliação e sustentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação, como os cursos de longa e curta duração.

O Contrato de Gestão é um instrumento firmado entre um ente do Poder Público e uma Organização da Sociedade Civil qualificada como Organização Social. Este contrato vai especificar atribuições, responsabilidades e obrigações das partes envolvidas, bem como as metas, atividades e resultados esperados.

Uma OS só é considerada como tal quando qualificada pelo próprio Poder Público, após seleção e habilitação da entidade, por meio da publicação de decreto de qualificação como OS. A qualificação requer o cumprimento de alguns requisitos por parte da Organização da Sociedade Civil, como mudança no estatuto e no Conselho de Administração da entidade, de forma a assegurar o alinhamento aos princípios e objetivos estratégicos da política pública publicizada.

A ACADEBio não será privatizada e nem terceirizada. Hoje, alguns serviços prestados pela ACADEBio, como por exemplo apoio administrativo para execução de cursos, fornecimento de alimentação e transporte, são terceirizados. Em um Contrato de Gestão esses contratos terceirizados serão absorvidos pela OS, o que trará mais consistência aos contratos hoje operados na escola, gerando menos custos para o ICMBio, condições melhores de trabalho para nossos



Organização social será parceira do ICMBio na gestão da ACADEBio

terceirizados, agilidade nas contratações e compras necessárias para a manutenção dos equipamentos e estrutura da escola, entre outras vantagens.

A OS será responsável pela gestão das atividades de treinamento, capacitação e formação nas modalidades presencial, à distância e híbrida, desenvolvidas pela ACADEBio no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio. Ela também irá produzir e ofertar cursos de capacitação, organizar e realizar eventos da temática ambiental, registrar e disseminar conteúdos, além de fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação em meio ambiente.

Já a ACADEBio será responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio com base na avaliação de necessidades de capacitação dos servidores; analisar e monitorar os processos de e licença-capacitação, horário especial estudante, participação em programas de pós-graduação e outros eventos de capacitação de curta e média duração; gerir o quadro de instrutores; aprovar passagens e diárias emitidas para fins de capacitação e instruir o processo visando o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso – GECC.

Saiba mais sobre as mudanças da ACADEBio [aqui](#). Caso queira contribuir com comentários, dúvidas, críticas e sugestões sobre o Projeto (RE) nova ACADEBio, clique [aqui](#).

ICMBio terá concurso de remoção interna para unidades da Amazônia Legal



Concurso interno terá 67 vagas para servidores lotados na Amazônia

Com a aprovação do concurso público para novos técnicos e analistas ambientais por meio da Portaria SEDGG/ME nº 10.906 de 2 de setembro de 2021, o ICMBio vai promover um Concurso Interno de Remoção para melhor distribuir as vagas dentre as unidades organizacionais no país.

As normas para o Concurso foram publicadas no Boletim de Serviço Extra, do dia 27 de outubro de 2021 e estão disponíveis [aqui](#). Até 67 servidores serão contemplados pelo Concurso Interno. Os critérios serão o tempo total entre dias de efetivo exercício somados aos dias de efetivo exercício em qualquer unidade organizacional da Amazônia Legal. As inscrições abrem

no dia 01 e vão até o dia 09 de novembro. Clique [aqui](#) para ter acesso ao formulário.

Além de preencher o formulário de inscrição, o servidor deve cientificar a chefia imediata sobre sua participação no processo seletivo via SEI ou via e-mail institucional. A Portaria de remoção deverá ser publicada, necessariamente, após o término do curso de formação em gestão da biodiversidade dos novos servidores ingressos e com prazo limite de 31 de dezembro de 2022

Dúvidas podem ser respondidas pelo e-mail gestaodepessoas@icmbio.gov.br ou pelo Ramal 9137 (Helena Araújo).

Pantanal recebe primeiro Hospital de Campanha do Resgate +

Incêndios severos na vegetação não atingem somente a flora, o solo e o ar. Durante esses eventos, invertebrados, pequenos animais e aqueles que têm locomoção mais lenta são afetados diretamente por estas ocorrências. Mas, mesmo no final do incêndio, eles ainda encontram dificuldades em obter alimento, abrigo, água e se separam dos grupos e dos filhotes.

No ano passado, as imagens do fogo no Pantanal comoveram o Brasil e o mundo, como o macaco-bugio que morreu carbonizado como se fizesse uma prece. Mas também foram mostradas imagens de resiliência e persistência como a da onça-pintada Jou Jou. Com queimaduras de segundo e terceiros graus nas patas, Jou Jou foi resgatado no dia 03 de novembro de 2020, na Serra do Amolar e levado para tratamento em Campo Grande, onde estava muito debilitado e abaixo do peso (cerca de 60 kg). Dois meses depois, já com as patas cicatrizadas e 30kg mais gordinho, Jou Jou retornou ao lar. Hoje é monitorado na Serra do Amolar pelo Instituto Homem Pantaneiro (IHP).

Histórias como a de Jou Jou não teriam sido possíveis se não houvesse a participação de dezenas de profissionais e de instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Em abril deste ano, o Estado do Mato Grosso do Sul criou o Grupo de Resgate Técnico Animal Cerrado Pantanal (GRETAP-MS) reunindo a expertise de voluntários de várias instituições do estado para melhor atender os animais vítimas de emergências ambientais, como os incêndios.

Já no dia 06 de outubro, o Ministério do Meio Ambiente instituiu o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre, o Resgate+. Trata-se de uma iniciativa para melhor articular medidas de



Atendimento também contempla animais domésticos atingidos em emergências ambientais

afugentamento, resgate, atendimento e assistência de animais silvestres em situação de risco e vulnerabilidade nos seis biomas do país. A ideia é, que por meio do Resgate+, histórias como a de Jou Jou possam se repetir com mais frequência em emergências ambientais.

Uma das ações do Resgate+ é a promoção do atendimento primário por meio da instalação de hospitais de campanha. Corumbá, no Mato Grosso do Sul, chamada de Capital do Pantanal, foi a primeira a receber uma das unidades. “Este é um sonho realizado. Com o Hospital teremos mais condições de prestar socorro aos animais resgatados, otimizando as chances de sobrevivência”, comemora a presidente da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, vinculada à Prefeitura de Corumbá (MS), Ana Claudia Boabaid. Segundo ela, o primeiro atendimento é fundamental para que os animais sejam estabilizados, chegando em melhores condições aos locais onde serão tratados de maneira definitiva.

O RESGATE

Para a Secretária-Executiva do Instituto Homem Pantaneiro (IHP) e bióloga do GRETAP, Letícia Larcher, a medida mais efetiva ainda é a da prevenção. “Mas nós sabemos que mesmo com as ações de prevenção, o fogo ainda é uma realidade no Pantanal”. Juntamente com os especialistas em fogo, os técnicos estabelecem em qual etapa de combate ao fogo eles se inserem, que geralmente após o rescaldo. “Nós só entramos no ambiente com autorização dos brigadistas, nunca durante um combate”, enfatiza Larcher.

Segundo a bióloga, os animais queimam as patas e áreas na parte inferior do corpo, que também são muito sensíveis, como a barriga. Grandes mamíferos, algumas espécies de répteis e animais menores são os que costumam ser mais perdidos no fogo. Fora animais silvestres, animais domésticos que pertencem a propriedades rurais ou às comunidades próximas do fogo também são atingidos e podem precisar de

resgate. “Além disso, quando os animais silvestres se aproximam dos animais domésticos devido à destruição de habitat pelo incêndio, pode ocorrer a troca de patógenos entre eles, e os animais domésticos podem se transformar em disseminadores, ou ainda confrontos entre os dois”, acrescenta o médico veterinário e membro do GRETAP, Giovanni Tonolli.

De acordo com Larcher, nem todos os animais precisam ser resgatados. “Um resgate é uma operação que causa um nível de estresse ao animal, já que ele precisa ser contido, sedado... nós monitoramos o animal lesionado para verificar se a vida dele corre risco ou se os animais estão sofrendo devido às lesões, já que é relativamente comum que eles se machuquem e se recuperem naturalmente”, esclarece a bióloga.

“Não usamos o mesmo critério para todas as espécies de animais silvestres, principalmente porque levamos em conta a fisiologia e a diferente resposta para determinada lesão”, acrescenta a bióloga e veterinária, Paula Helena, da Universidade Católica Dom Bosco. Paula conta que os veterinários usam uma escala que varia de 0 a 5 para avaliar a possibilidade de evolução da lesão. “Não compensa capturar um morcego, que é um animal que possui uma alta sensibilidade e pode morrer de estresse durante o processo de captura para tratar uma queimadura leve em uma das asas”.

Uma equipe é composta, no mínimo, por um biólogo, que orienta as técnicas de contenção do animal; um veterinário, que realiza atendimento clínico; e um técnico de campo, que presta apoio operacional.

Passada a operação, o animal é encaminhado para um local onde possa receber estabilização. Atualmente, na região de Corumbá, o responsável por isso é a Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, que providencia o transporte também. É preciso pensar que há necessidade de interlocução com diversos parceiros, já que o resgate pode ocorrer em áreas de difícil acesso, necessitando do apoio de barcos, helicópteros, aviões, carros.



Veterinários e biólogos atendem animais selvagens

Mas antes da ação, o grupo realiza um planejamento. “Antes do resgate, colocamos no papel qual o tipo de animal resgatado, o que precisamos levar de equipamento e medicação, qual o melhor método de transporte e o que vamos precisar, por que uma vez em campo, nem sempre conseguimos voltar a tempo”, explica Tonolli. “As equipes também são capacitadas anteriormente para capturar, estabilizar e fazer as primeiras avaliações” destaca Tonolli, já que pode se tratar de animais com contensão específicas, como onças e jacarés que nem todo veterinário ou biólogo possui expertise em realizar.

Neste ponto em específico, o hospital é um suporte a mais para os animais recém-chegados de campo. “Nem sempre precisamos mandar os resgatados para um centro especializado. Às

vezes, conseguimos resolver por aqui”, conta Tonolli. Isso significa um ganho em logística, já que serão transportados para outros locais somente os animais em condições mais críticas; e também em bem-estar, visto que quanto menos tempo a espécie ficar em tratamento, mais chances ela terá de um retorno bem-sucedido à vida selvagem.

Outro ponto do resgate é verificar os centros especializados, zoológicos e organizações que possuem estrutura e que possam receber os animais. Não se pode simplesmente encaminhar o animal para um local sem que se saiba se a organização dispõe de equipe capacitada, se consegue manter o bicho enquanto ele estiver em tratamento e se dispõe de espaço suficiente para o novo paciente.

Dois anos depois, vestígios de óleo ainda são encontrados na Rebio Santa Isabel

Dois anos depois da emergência ambiental contaminou com petróleo diversas praias do Brasil, em especial no Nordeste, resíduos ainda são encontrados na Reserva Biológica de Santa Isabel. A unidade de conservação federal, gerida pelo ICMBio, fica localizada no litoral norte de Sergipe e protege aproximadamente 40 quilômetros de praias, com dunas, restingas, lagoas permanentes e temporárias, além de abrigar o maior sítio reprodutivo no Brasil da tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), espécie em perigo de extinção.

Durante a emergência ocorrida em 2019, a reserva biológica foi fortemente afetada, e diversos esforços foram empreendidos para a remoção do petróleo ao longo da unidade de conservação.

A última campanha foi realizada entre 27 de setembro e 7 de outubro de 2021 e contou com servidores da Rebio, do Centro Tamar, do Cepepe, além do apoio da PFE/ICMBio. Para a limpeza das áreas, foi necessário o suporte de dez colaboradores locais, que tinham sido capacitados durante a emergência de 2019 e puderam, novamente, pôr em prática o conhecimento

adquirido. Toda a atividade foi custeada pelo Projeto GEF-MAR, coordenado pela Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio).

A campanha de 2021 possibilitou revisar áreas que em 2020 já tinham sido objeto de remoção do petróleo, assim como, todas as praias mais acessíveis da unidade de conservação. O petróleo residual foi encontrado, principalmente, no pós-praia, entre os cordões de dunas, no leito seco de lagoas temporárias e na margem de um córrego que desagua na Reserva Biológica. Em alguns pontos foi encontrado também óleo recoberto por 20 a 40 cm de areia, o que dificultou sua identificação, além de vestígios do contaminante sobre um ninho de tartaruga marinha.

A equipe conseguiu remover mais de meia tonelada de resíduo contaminado (580 kg), que se soma à 1 tonelada recolhida em 2020. Segundo o analista ambiental do Centro TAMAR ICMBio que coordena a Base Avançada em Aracaju (SE), Erik Allan Pinheiro dos Santos, um aspecto positivo foi vistoriar de forma minuciosa 30 dos 40 km de praias da Rebio Santa Isabel, sem encontrar novas áreas com presença do petróleo.

Similar às demais atividades desenvolvidas durante e após à emergência ambiental de 2019, foi possível envolver a comunidade nas ações de proteção e conservação da Reserva Biológica de Santa Isabel, reforçando sua importância e seus atributos naturais, em busca de uma relação harmônica com os habitantes do seu entorno, aspecto que sempre foi fundamental no sentido de promover a recuperação das populações de tartarugas marinhas.



Busca e remoção do petróleo na margem do córrego Sapucaia, no interior da Rebio

Pesquisa demonstra efetividade de UCs marinhas na proteção de recursos pesqueiros

Em 2018, o Brasil ganhou quatro grandes áreas protegidas marinhas, que elevaram a proteção às áreas oceânicas do país para 25%, superando as metas estabelecidas pela 10ª Conferência das Partes na Convenção da Diversidade Biológica, as Metas de Aichi, em 2010.

Mas, não basta estabelecer áreas protegidas marinhas. É preciso viabilizar meios de implementá-las e de verificar se elas estão contribuindo para o objetivo principal, que é o de

proteger a biodiversidade marinha. Assim como as vacinas precisam ser efetivas no combate de doenças, é necessário testar o quanto as áreas protegidas para a conservação da natureza contribuem para minimizar os impactos das atividades humanas na biodiversidade.

Este tópico foi abordado pela pesquisa conduzida pelo analista ambiental Rafael Magris, atualmente lotado na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação (Cocuc/CGCAP/Diman).

A pesquisa chamada *Effectiveness of Large-Scale Marine Protected Areas in the Atlantic Ocean for Reducing Fishing Activities* (Efetividade de grandes áreas protegidas marinhas no Oceano Atlântico para a redução de atividades de pesca, em tradução livre) foi publicada na revista científica *Frontier of Marine Science* e está disponível para leitura [aqui](#).

A pesquisa de Magris partiu do ponto de observação de lacunas de conhecimento sobre os efeitos de grandes áreas marinhas protegidas para a conservação da biodiversidade. Estas avaliações auxiliam a verificar o quão essas áreas protegidas estão sendo eficazes para o aumento da resiliência do ecossistema, na proteção dos recursos e na mitigação das ameaças. No caso do estudo feito por Magris, foram avaliados dois grandes conjuntos de áreas marinhas, criados em 2018: as duas Áreas de Proteção Ambiental (a de São Pedro e São Paulo e a de Trindade/Martim Vaz) e dois Monumentos Naturais (de mesmo nome das APAs). Juntas, essas unidades de conservação somam aproximadamente 92,5 milhões de hectares, maior que os estados de Goiás e Minas Gerais juntos.

Os dois arquipélagos são ricos em biodiversidade e cumprem uma função estratégica na delimitação e proteção do mar territorial brasileiro e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). A ideia foi

verificar a ocorrência de pesca dentro destas áreas e para isso, o pesquisador utilizou detecções de satélite da transmissão do Sistema de Monitoramento de Embarcações durante cinco anos (2015 a 2019).

Toda embarcação possui um sistema que envia periodicamente um alerta emitindo a localização. A partir dessas informações, é possível verificar indícios de pesca quando se estabelece um padrão de movimentação ao longo de certo período. Certos padrões indicam mesmo o tipo de pesca possivelmente usado pela embarcação.

A seguir, ele estabeleceu três métricas: área de pesca, intensidade e densidade e assim, comparou estes três parâmetros ao longo dos anos para cada área protegida. Os resultados mostraram que a eficácia das UCs nas áreas de uso múltiplo (ou seja, nas APAs) é variável e contrastante. Enquanto a APA de São Pedro e São

APA de Trindade/ Martim Vaz, uma das unidades criadas em 2017 para cumprir acordos internacionais



APA de Trindade/
Martim Vaz, uma das
unidades criadas em
2017 para cumprir
acordos internacionais

Flávio Forner



O quebra-molas

ineficazes para a redução de velocidade e acidentes". (Resolução nº 39/98)

Paulo experienciou uma redução na intensidade e na área de pesca; na APA de Martim-Vaz/Trindade, as duas medidas sofreram aumento. Em relação a densidade, na região de proteção integral São Pedro e São Paulo, houve um aumento da densidade após o seu estabelecimento, explicado pelo fator de compressão; o contrário visto da região de Martim-Vaz/Trindade.

"A pesca é uma atividade extremamente dinâmica e sofre influência de fatores oceanográficos, econômicos, e sociais", explica o pesquisador. Segundo Magris, a pesca em áreas de proteção integral foi evitada, o que possivelmente não iria ocorrer se estas Unidades de Conservação não estivessem sido criadas. "A pressão de pesca nas APAs sofreu um aumento, como se tivesse havido um deslocamento da frota da área dos MONAs para a área das APAs. Este é um fenômeno bastante conhecido e observado quando se cria Áreas Marinhas Protegidas", comenta Magris.

Nestes locais, predomina a pesca industrial de larga escala, com predomínio da técnica de espinhel pelágico. De forma simples, o equipamento de pesca é apoiado de um lado por

boias, e elas contém filamentos onde ficam as iscas. O espinhel pelágico é eficiente para captura de peixes com alto valor de mercado como atuns, dourado e peixes-espada. "Na região de Trindade, apesar da predominância de espinhel pelágico, há uma diversidade maior de petrechos de pesca utilizados tais como linha de mão", expõe Magris.

A pesca é proibida dentro das unidades de conservação de proteção integral, no entanto a pesquisa alertou para a ocorrência destas atividades em pequenas áreas dentro dos Monumentos Naturais.

Pesquisas como estas aumentam a compreensão dos órgãos gestores sobre os desafios da implementação de áreas marinhas protegidas, mas também fornecem importantes subsídios para a gestão destas UCs por meio de produtos e instrumentos normativos que façam com que elas alcancem resultados em maior escala. Planos de monitoramento de pesca para as APAs, visto que apesar de serem de uso sustentável, existem medidas para controlar os recursos pesqueiros; além do uso na fiscalização, ao estabelecer áreas estratégicas, áreas mais pressionadas e esboçar tendências.

As ondulações transversais de trânsito (também conhecidas como quebra-molas, lombadas) são uma medida imperativa de redução de velocidade de veículos. Dependendo do tipo, podem forçar a redução a uma velocidade máxima de 20km/h.

Sua eficácia é inegável. Ignorar sua presença é ter que lidar com dores no corpo e a conta da oficina.

A questão acerca da ondulação é que ela se aplica a todos, indistintamente. Ambulâncias, caminhões dos bombeiros, viaturas policiais, motoristas e passageiros com problemas crônicos de saúde, com bebês dormindo, idosos. A lombada não abre exceção. Não importa se você estava obedecendo o limite de velocidade, se estava praticando direção defensiva, se estava atento aos seus arredores. A lombada não tem meio termo: ou você freia ou bate com a cabeça no teto.

A lombada é uma medida tão extrema que o CONTRAN só autoriza seu uso após "estudo de outras alternativas de engenharia de tráfego, quando estas possibilidades se mostrarem

No trabalho, temos circunstâncias semelhantes. Mesmo em situações de emergência, há mecanismos de controle tão pesados que forçam todos a frearem ou a pagarem o preço por tentar ignorá-los. Mesmo quem atua com respeito ao Estado e à sociedade está sujeito a um controle que trata a "ambulância" da mesma forma que o "praticante de racha".

Esses sistemas existem porque, infelizmente, há pessoas dispostas a se aproveitar de sua posição na administração para benefício próprio – e todos podem pagar por isso.

Mas, quando desenvolvemos uma cultura ética em nossas instituições, com transparência, clareza de posições e demonstrações de respeito à República, promovemos a redução do espaço para a presença de "rachas", a tornar o "trânsito" mais seguro e mais fluido. Dessa forma, aos poucos, demonstramos que as lombadas já não são mais tão necessárias. Conseguimos, assim, alcançar nosso destino com segurança e tranquilidade.

Se quiser saber mais sobre como a ética contribui para a boa governança da administração e como implementá-la em sua unidade, entre em contato com a nossa Comissão de Ética.

#orgulhodeserservidorodolCMBio





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ramilla Rodrigues

Projeto Gráfico

DCOM

Diagramação

Marília Ferreira

Foto da Capa

Ramilla Rodrigues

Colaboraram nesta edição

Mateus Sonego- Comissão de Ética; Renato Melo – CGGP; Sandra Tavares – Tamar

Divisão de Comunicação – DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

comunicacao@icmbio.gov.br | www.icmbio.gov.br



facebook.com/icmbio



youtube.com/canalicmbio



[@icmbio](https://instagram.com/icmbio)



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL